

A Igreja e os Trabalhadores Católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica

ALEJANDRA LUISA MAGALHÃES ESTEVEZ

Resumo

Este artigo irá discutir o papel da Juventude Operária Católica (JOC), considerando-a no interior do próprio campo religioso, especificamente o campo católico, e em suas relações com outros movimentos sociais. Para tal, discutiremos os mecanismos simbólicos de enquadramento da instituição católica, bem como sua estrutura interna e práticas políticas. A JOC, ao entrar em contato com o mundo do trabalho, modificou-se profundamente. O trabalho junto a atores de todas as ideologias influenciou em suas práticas cotidianas, tanto no plano religioso como político.

Palavras-chave

Igreja Católica; Juventude Operária Católica; Movimentos Sociais

Abstract

This paper will discuss the role of Catholic Labor Youth (JOC), considering it within the religious field, specifically the Catholic field, and in its relations with other social movements. For such, we discuss the symbolic mechanisms of framework of the Catholic institution and its internal structure and political practices. The JOC, in contact with the labor world, has changed profoundly. The work with actors of all ideologies influenced in their daily practices, both religious and political.

Keywords

Catholic Church; Catholic Labor Youth; Social Movements

Introdução

Na metade do século XX assistimos no Brasil uma maior inter-relação entre o campo religioso e o campo político, principalmente no que se refere às experiências inovadoras no catolicismo.

Bourdieu (1989) chama nossa atenção para o caráter plástico das religiões. Segundo o autor, a sobrevivência das crenças e práticas católicas no curso do tempo deve-se à sua capacidade de adaptação às novas funções que cumprem em favor dos sucessivos grupos que as adotam. A Igreja, conforme

nota Romano (1979), se esforça em incorporar à sua tradição doutrinária os novos desafios impostos pela sociedade, efetuando, assim, uma constante atualização em seu discurso a fim de manter sua influência na longa duração. “Do mesmo modo, de um ponto de vista sincrônico, as representações e as condutas religiosas que invocam uma mensagem original única e permanente, devem sua difusão no espaço social ao fato de que recebem significações e funções radicalmente distintas por parte dos diferentes grupos ou classes” (2009: 52), problematiza Bourdieu.

Portanto, o que faz com que diferentes grupos sociais se entendam como pertencentes a um mesmo campo religioso é exatamente o fato de fornecerem significados diversos ao discurso católico. Ao mesmo tempo em que essa característica serve para congregar diferentes classes no interior da instituição e permite a atualização de seu discurso ao longo do tempo, pode ser vista também como a causa das tensões sociais, tanto interna como externamente.

A emergência de setores progressistas no interior da instituição pode ser interpretada como um demonstrativo da transformação na correlação de forças dos grupos de agentes católicos. O aumento da concorrência entre católicos e protestantes no campo religioso obriga uma reformulação de estratégias da Igreja, no período analisado, para conquistar e aproximar-se de seu público de fiéis. Bourdieu esclarece: “As relações de *transação* que se estabelecem, com base em interesses diferentes, entre os especialistas e os leigos, e as relações de *concorrência* que opõem os diferentes especialistas no interior do campo religioso, constituem o princípio da dinâmica do campo religioso e também das transformações da ideologia religiosa.” (2009: 50)

Assim, a dinâmica do campo católico, através da Ação Católica, se transforma, tornando-se mais aberta à ação do laicato. No entanto, na medida em que os agentes eclesiais são os detentores do capital simbólico ou religioso, a relação entre padres/bispos e leigos pressupõe uma relação desigual, pois estão inseridos dentro de uma divisão do trabalho religioso, hierárquica por excelência.

Apesar de caracterizar-se como uma instituição verticalizada em sua estrutura, a Igreja soube abrir-se ao laicato como tática para integrar-se ao mundo moderno. Convidou-os, assim, a atuar em seu interior, como parceiros da hierarquia, mas nunca permitiu de fato que o controle da ordem fugisse a seu próprio domínio. Isto leva a crer que a instituição pode transformar razoavelmente sua dinâmica e até mesmo ampliar o espaço de participação dos leigos, porém essas mudanças em sua dinâmica interna não chegam a configurar, de forma alguma, uma ruptura com os princípios hierárquicos da

instituição católica, nem tampouco um real compromisso com a transformação de suas estruturas internas e sua forma de organização.

Bourdieu nos ajuda novamente a entender a questão do enquadramento católico: “por estar investida de uma função de manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso, uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção da ordem política” (1989: 72).

Cabe aqui, contudo, refletirmos sobre as implicações que a modificação nesse *habitus* católico provoca nas relações práticas entre religiosos e leigos. Podem-se interpretar as estratégias católicas de aproximação do apostolado leigo ao corpo hierárquico da Igreja apenas como um discurso que oferece um papel mais ativo ao leigo, mas que, no entanto, não fornece condições objetivas de acesso aos mecanismos de transformação da estrutura, na medida em que somente os eclesiásticos possuem o monopólio do capital simbólico.

Por outro lado, essa maior possibilidade de ação do leigo no interior da Igreja coloca o campo católico em contato direto com o campo político, uma vez que aproxima movimentos sociais ao espaço eclesiástico. Dessa maneira, podemos dizer que ocorre uma atualização do campo católico a partir dessa nova dinâmica de relações entre os campos e esta é empreendida em grande medida pela ação dos leigos no processo. O papel do leigo muda senão em substância, ao menos em caráter objetivo na reconstrução do próprio campo religioso.

Se esses indivíduos, membros da hierarquia, são formados e culturalmente instruídos para manter essa estrutura, os interesses pessoais e seus relacionamentos com indivíduos que se encontram fora da estrutura eclesiástica não podem ser desconsiderados, na medida em que são geradores de tensões internas. Assim, as dimensões política e ideológica não podem ser desconsideradas na análise, apesar de não poderem ser pensadas isoladas dos elementos simbólicos.

Souza (1984) nos dá uma pista importante no momento de considerarmos a estrutura da Igreja católica. Como chama a atenção o autor, não podemos perder de vista que esta instituição é uma reprodução da própria sociedade, isto é, integra em seu interior todas as classes sociais, com suas visões de mundo e posições diferenciadas. Por isso, os grupos que exercem a hegemonia no campo político e econômico têm forte influência também no campo religioso na maioria das vezes.

Ao mesmo tempo, é devido a esta multiplicidade de classes sociais dentro do espaço eclesiástico que os conflitos aumentam em grau e tamanho, de acordo com seu contexto histórico. Nesse sentido, é exatamente a participação dessas

camadas sociais populares na estrutura eclesiástica que leva setores da Igreja a se posicionem de maneira diferente no campo político. Portanto, não estão em jogo apenas interesses materiais de classe nem tampouco preocupações unicamente teológicas, mas antes as duas coisas em constante inter-relação.

A JOC religiosa e a JOC política

Planos de ação da Igreja junto à classe trabalhadora vinham sendo idealizados desde princípios do século XIX, quando esta começava a ganhar maior projeção como ator político. No entanto, é somente a partir de fins do XIX, com a elaboração da encíclica *Rerum Novarum*, que ações junto ao laicato foram recebendo maior atenção da instituição. A fundação da Ação Católica – órgão que teria como função organizar e orientar os leigos no interior da Igreja – abriu um importante espaço de atuação para os esses católicos¹.

Sob a coordenação direta da Ação Católica é que surge então a Juventude Operária Católica (JOC). Idealizada pelo jovem padre Joseph Cardijn, em 1925, na Bélgica, um dos maiores centros industriais da Europa naquele momento, a JOC é reconhecida oficialmente pela Santa Sé, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

É claro que já muito antes disso, como relatam em documentos e depoimentos orais seus antigos militantes, começou a ser colocada em prática a ideia formulada por Cardijn de reunir jovens trabalhadores para conversarem sobre seus problemas cotidianos, questões relativas à família, ao namoro, ao casamento, às condições de trabalho. “*Era um movimento de formação de jovens (...) frente aos problemas da vida*”², afirma Tibor Sulik, ex-militante da JOC. É a partir de um grupo de rapazes e outro de moças, reunindo-se em dias diferentes, que o movimento surge e começa a disseminar-se, primeiro pela Europa, e depois pelo resto do mundo, mas ainda de maneira experimental.

Convidados a exporem seus problemas numa linguagem bastante simples, geralmente para um grupo pequeno de amigos, os jovens trabalhadores tomavam consciência da dimensão dos fatos cotidianos e percebiam que muitas das experiências vividas não ocorriam unicamente com eles, mas faziam parte

¹ A Encíclica *Rerum Novarum* foi escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891 e inaugura o que ficou conhecida como a Doutrina Social da Igreja. Seguindo os ideais antiliberais e os novos objetivos da Igreja de aproximação com o mundo do trabalho, a encíclica propõe questões relativas à melhoria de vida dos operários e soluções para o “abandono dos homens no mundo liberal”. Como parte da estratégia de intervenção da instituição católica no mundo moderno em sua luta pela hegemonia, é criada a Ação Católica, movimento subordinado à hierarquia católica e constituído pelo apostolado leigo.

² Entrevista concedida por Tibor Sulik a autora.

de um sistema que envolvia a todos. Sendo assim, na concepção jocista, acreditava-se que através de uma ação evangelizadora, baseada no princípio da justiça social, patrões e empregados poderiam alcançar a paz social. Para isso, a mediação da Igreja era fundamental.

Na Declaração de Princípios da JOC³, expõem seu objetivo de melhorar a vida do jovem trabalhador através de uma ação evangelizadora e formadora de uma consciência crítica. Completamente inserida nos ideais pedagógicos e evangelizadores da Igreja católica e parte constituinte do projeto das juventudes especializadas formulado pela Ação Católica franco-belga, a JOC se inspirou no discurso católico de harmonia entre as classes, ao menos em suas primeiras décadas de existência.

Diretamente ligada à ACB, a JOC incorpora inicialmente o ideal divulgado por Pio XI em que pretendia criar um “*apostolado leigo na sociedade moderna*” (1994: 93). Obedecia, portanto, uma dupla função: a de atrair novamente a classe operária para o interior da instituição e a de contribuir para a manutenção da “ordem” social.

Para implementar tais ações evangélicas é criado o método chamado Ver-Julgar-Agir, adotado posteriormente por diversos setores da Igreja. Trata-se de um método pedagógico de “*formação na ação e pela ação*” (1989), ou seja, significa *ver* o problema, *julgá-lo* à luz do Evangelho e *agir* para transformar sua condição de classe trabalhadora explorada.

No espaço de uma década, a JOC se espalha pelo mundo e em 1932 ela finalmente chega ao Brasil. Surge primeiramente a partir de experiências isoladas nos principais centros industrializados do país, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Mas somente em outubro de 1948, na I Semana de Estudos Nacional da JOC, realizada em São Paulo, é que ela é reconhecida pela hierarquia da Igreja brasileira.

Se analisarmos as declarações e comunicados produzidos pelo movimento, constatamos que a JOC do Brasil estava totalmente integrada no plano de recristianização da classe operária adotado pela Ação Católica. Ela encontrava-se muito atrelada às determinações desta organização e dos assistentes eclesiais que orientavam o movimento. A autonomia reivindicada por Cardijn, na prática não acontecia de maneira plena, uma vez que padres e bispos ligados a JOC efetuavam uma orientação não apenas espiritual mas também política, cultural e ideológica, obedecendo aos ideais de manutenção da ordem estabelecidos pela hierarquia católica e pelo Estado nacional.

Isso acontecia em certa medida porque alguns sacerdotes haviam sido formados dentro de uma perspectiva religiosa mais tradicional, ou porque,

³ JOCI. Declaración de Principios. Bélgica, s/d.

mesmo aqueles mais abertos ao diálogo com os jovens, possuíam um poder de retórica e convencimento muito maior que esses militantes, em sua maioria despreparados e com pouca ou nenhuma formação educacional.

Além disso, não podemos perder de vista que a Igreja é uma instituição hierárquica e a JOC como um movimento católico estava submetida a essa ordem. Isso significa que mesmo durante os períodos de maior politização do movimento e estruturação de uma organização em que os militantes eram priorizados em suas decisões, verificamos que os assistentes eclesiais sempre exerceram forte influência e controle sobre o movimento. Nas paróquias em que os padres eram mais engajados politicamente constatamos uma maior militância, naquelas em que o eclesial não estava tão inserido no meio operário a atuação era mais limitada.

Aqui recorremos novamente a Bourdieu para entender os limites impostos pela instituição. A dinâmica social no interior de cada campo é forjada pelas lutas entre os agentes, que pretendem alterar ou manter as disposições de poder e a distribuição das formas de capital específico. O *habitus*, dessa maneira, é socialmente constituído através dos embates entre os agentes e suas relações de força, que podem ser alteradas de contexto para contexto. A orientação da ação é fruto do *habitus* interno em cada campo. No nosso caso, verificamos que as transformações implementadas no campo católico se deram mais pela ação interna e novas práticas adotadas por seus agentes eclesiais que pelo papel dos leigos, ainda que estes contribuíssem para uma reorientação na visão de muitos religiosos.

Somado a isto, existia também uma relativa dependência no plano financeiro, que implicava na ajuda de financiamento de encontros e reuniões, de manutenção da Federação e do Comitê Nacional, na cessão de salas para a instalação e funcionamento do movimento e para a realização de encontros, e diversas outras eventuais atividades. Apesar de organizarem grandes campanhas com a finalidade de arrecadar verba para a realização de encontros, retiros, etc, o apoio financeiro ou estrutural da Igreja sempre foi fundamental, além, é claro, do apoio de algum assistente que acompanharia a organização.

A questão do auto-financiamento no interior do movimento sempre foi motivo de grandes esforços e o pagamento da cotização⁴ por todos os militantes era fundamental para que ele pudesse tornar-se uma realidade. No entanto, mesmo quando a JOC conseguia realizar um evento sem necessitar da ajuda financeira da Igreja, ela dependia na maioria das vezes de seu aval para a realização do evento, ou cessão de salas em paróquias, etc.

⁴ Pagamento de uma quantia, que variava de região para região, administrada pelo movimento. Em geral, correspondia a um salário por ano.

Podemos deduzir daí que existia uma espécie de autonomia concedida, isto é, a Igreja abriu novos lugares de atuação para os jovens leigos, lhes deu uma doutrina renovada mas dentro de uma estrutura que engessava atitudes dissonantes, que fugissem a ordem pré-determinada. A autonomia, portanto, existia dentro de limites bem definidos pela hierarquia, como já discutimos.

Com isso não queremos afirmar que apenas a Igreja institucional orientou e definiu padrões de ação para o movimento jocista. É claro que o contato com a realidade desses jovens militantes trouxe novas questões para padres e bispos, muitas das quais foram sendo incorporadas ao longo dos anos. No entanto, se essas inovações propostas fugissem em demasia aos limites definidos pela instituição, tanto assistentes quanto militantes eram chamados a realizar uma “auto-reflexão” sobre suas atitudes e caso esta persistisse podiam sofrer as mais diversas consequências, demonstrando a limitada autonomia. No caso dos eclesiásticos, podiam ser transferidos de paróquia ou região, serem obrigados a atuar junto a outros grupos sociais e assim por diante. Os militantes em sua maioria eram repreendidos pelos assistentes eclesiásticos – suas palavras e opiniões em geral tinham grande valor para esses jovens militantes – ou em caso de persistência podiam ser convidados a abandonarem o movimento.

É interessante notar, no entanto, como o discurso de autonomia existente nos tempos de militância no interior do movimento marcaram seus membros. Quase todos os ex-militantes entrevistados costumam enfatizar, em seus depoimentos, o caráter *autônomo* da JOC, que desde cedo teria atuado de maneira independente da Ação Católica Brasileira. Inclusive os assistentes eclesiásticos entrevistados afirmam seu papel *exclusivamente* de auxiliar e orientador religioso. A JOC seria, segundo eles, dirigida, em última instância, pelos próprios jovens trabalhadores.

Verificamos, portanto, que esse discurso proposto pela Ação Católica mostrou-se muito eficaz na medida em que trabalhava com a auto-estima desses jovens. A sensação de estarem construindo e transformando o mundo *sozinhos* era muito animadora. E essa ideia fez com que eles identificassem as eventuais tensões existentes com alguns sacerdotes devido às limitações impostas apenas como casos isolados, que deveriam ser transformados.

Mesmo sendo parte integrante do projeto político-teológico traçado pela Ação Católica, ao longo dos anos 1950 a JOC acaba por assumir um posicionamento de ordem política um pouco diferente daquele proposto pela direção da organização. Até meados dessa década, como vimos analisando, a JOC apresentava uma posição mais voltada para o campo religioso e pedagógico, ou, como diria o ex-militante Wilson Farias, uma postura em que se

“*tentava conciliar a relação entre o patrão e o empregado*”⁵, na medida em que acreditava na harmonia entre as classes. Nesse sentido, a esfera política não era considerada como campo de atuação para seus militantes até então.

Nesse momento seu caráter evangelizador e pedagógico se destacava em detrimento das discussões de ordem política e da atuação nos meios sindicais e trabalhistas. Essa característica obedece justamente ao principal objetivo da Igreja que consistia em recristianizar a classe trabalhadora a partir de uma comunicação direta com a hierarquia. A partir desses movimentos da Ação Católica pretendia-se, em última instância, combater de um lado o liberalismo – responsável pelas condições de miserabilidade a que a maioria da população estava submetida – e de outro o comunismo – sistema que, segundo o discurso católico, ao perceber as injustiças do mundo liberal acreditava que a solução se daria através de uma luta entre as classes sociais. Para a Igreja, a única solução possível seria a reconciliação entre ambas as partes e à ela caberia a conscientização dos direitos e deveres de patrões e operários⁶. Colocava-se assim como mediadora universal em meio a esse conflito de classe.

Em fins da década de 1950 – e principalmente depois do golpe civil-militar de 1964 – é que o movimento assume marcadamente uma maior orientação política, de caráter mais progressista⁷. O golpe militar coloca em pauta novos desafios ao movimento dos trabalhadores e, conseqüentemente, à JOC que passa a realizar uma reflexão mais profunda no que se refere à condição da classe trabalhadora no contexto sócio-econômico do país e da América Latina, de maneira geral.

Esta opção, conseqüentemente, implicou em maior repressão por parte do governo ditatorial. A isto soma-se também o fato da própria Igreja hierárquica estar passando por uma profunda transformação interna, transformação esta de ordem mais democrática ou preocupada com os problemas populares, que culmina no Concílio Vaticano II e vai ter uma particular apropriação na América Latina.

Tal postura da JOC acaba por gerar uma radicalização da cúpula do movimento, atingindo seu ponto máximo em 1968, no chamado Congresso de Recife. As decisões tomadas neste Congresso fizeram com que recaísse sobre seus militantes uma maior perseguição, culminando na prisão de seus maiores líderes. Assim, a JOC acaba por desarticular-se e precisa então passar por uma

⁵ Entrevista concedida por Wilson Farias a autora

⁶ Essa postura ficou conhecida como a proposta de uma terceira via – nem a do capitalismo liberal, nem a do socialismo – mas a via cristã. Essa proposta é formulada por Jacques Maritain.

⁷ Entendemos aqui como progressistas grupos ou movimentos de católicos que mostravam-se mais abertos à atuação ao lado de outros movimentos sociais laicos e que passaram a assumir como indispensável uma mudança das estruturas sociais estabelecidas.

séria reformulação, redefinindo estratégias de ação, inclusive na clandestinidade.

Essa nova postura faz com que a JOC perca o apoio de parte significativa do clero e, ao mesmo tempo, verifica-se um esvaziamento do movimento, seja porque após a prisão de muitos de seus líderes, a JOC deixa de existir em diversas localidades, seja porque muitos de seus militantes de base resolveram abandoná-la temendo possíveis represálias. Sendo assim, seu poder de intervenção social diminui, assim como o de diversas outras organizações inseridas no meio operário, porém o movimento não deixa de existir completamente.

O contexto de surgimento da JOC e seu desenvolvimento histórico

Como vimos rapidamente até aqui, a JOC surge como movimento totalmente ligado à Ação Católica e prioritariamente preocupada com a evangelização da classe operária. A partir de meados dos anos 1950, porém, ela passa a considerar a sua ação como dotada também de uma dimensão política, admitindo assim a necessidade de uma intervenção mais efetiva nos meios sindicais e junto a outros movimentos sociais.

Em 1946 acontece a 2ª Semana da Ação Católica, primeiro evento marcante para a história do movimento, na medida em que exatamente lá é sinalizado o início da estrutura e organização do que viria a ser mais tarde a JOC.

Um ano depois ocorre o Congresso Internacional da JOC, realizado em Montreal, Canadá, em 1947, no qual os jocistas que lá estiveram voltaram para o Brasil com ideias de organização de um movimento nacional e muito estimulados ao verem a dimensão que a JOC estava assumindo em âmbito mundial. Depois se seguiram diversos encontros, onde discutia-se e estudava-se os problemas da classe trabalhadora, se traçavam novos planos de atividades, mas também onde havia muita diversão, festas, confraternizações.

Finalmente, em 1948 é fundada oficialmente a JOC brasileira apesar de na prática já existirem núcleos jocistas em algumas cidades, principalmente naquelas mais industrializadas, onde o contingente de trabalhadores era maior, como já apontamos. Assim, seus militantes promovem a I Semana de Estudos Nacional da JOC, realizada em São Paulo, onde se discutiu a respeito da estrutura a ser adotada, elegeu-se a primeira equipe nacional e o movimento assumiu seu vínculo com a Ação Católica do Brasil. Aí definiu-se também que a

sede nacional do movimento seria na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com as outras juventudes especializadas.

Em 1950 acontece a Semana de Estudos Nacionais e o I Encontro Latino-americano da JOC. Tudo foi organizado pelos próprios militantes da JOC nacional, contando com o apoio da JOC da região Sudeste e da Ação Católica. Esses eventos foram importantes, pois contribuíram para aumentar a auto-estima desses jovens militantes ao constatarem sua capacidade organizativa. As décadas de 1940 e 1950, nesse sentido, podem ser vistas como o grande momento de estruturação da JOC nacional e de desenvolvimento de seus primeiros líderes.

Nos anos 1960 constatamos uma atuação mais engajada devido à realização de diversos eventos que demonstram em suas resoluções tal mudança de postura, a saber: o Primeiro Congresso de Jovens Empregadas Domésticas, o I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, o II Congresso Mundial da JOC e o II Seminário Latino-americano de Jovens Trabalhadores, todos eles organizados por iniciativa da JOC e datados do ano de 1961. Sob esse contexto lançou-se ainda a campanha de consciência operária, aplicada em âmbito nacional, importante por definir uma maior preocupação com os fatos de ordem política que então se apresentavam no cenário do país e que implicaram no aumento do engajamento na luta social.

O primeiro dos acontecimentos – o Primeiro Congresso de Jovens Empregadas Domésticas – reuniu cerca de 20 trabalhadoras de várias regiões do país. Estas permaneceram no Rio de Janeiro durante 15 dias discutindo os problemas específicos da categoria que então se organizava. Desse encontro surgiram associações de domésticas em diversos estados brasileiros, o que estimulou, mais tarde, a criação do Sindicato das Domésticas. Dessa iniciativa, podemos constatar, além da inserção do movimento entre os grupos profissionais já existentes, um papel de incentivador no que diz respeito às formas associativas de atuação no mundo do trabalho.

No I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, manifestou-se, pela primeira vez, o descontentamento com relação ao capitalismo enquanto sistema econômico e teceu-se fortes críticas ao modelo de desenvolvimento do Brasil. Enfatizou-se, dessa forma, a importância da participação dos jocistas na transformação da sociedade e a partir daí o seu envolvimento com outros movimentos populares cresceu significativamente. Como afirmam seus membros em relatório, o congresso

tinha o objetivo de realizar uma grande ação representativa e de criar espaço para que jovens trabalhadores debatessem sobre os grandes temas do

momento (as reformas de base), que eram debatidos também a nível sindical⁸.

Vale ressaltar que esta foi a primeira vez em que organizava-se uma atividade em nível nacional de caráter político. No entanto, não devemos perder de vista o fato de que a JOC era ainda muito mais moderada, em termos de crítica ao sistema vigente, e atrelada às determinações da hierarquia se comparada à JUC e ao Movimento de Educação de Base (MEB), por exemplo.

Pouco depois, em outubro desse mesmo ano, foi realizado o I Seminário Latino-americano de Jovens Trabalhadores, com o apoio da JOC Internacional, do Centro de Educação e Cultura Operária (CECO) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O seminário visava debater os problemas comuns da classe operária na América Latina e significou a primeira grande oportunidade de reunião, em termos internacionais, facilitada pela existência de núcleos jocistas em quase todos os países do cone Sul e América Central. Além disso, demonstrou o grau de inserção nas discussões ideológicas que, numa visão mais à esquerda, apontavam a América Latina como o grande centro de transformação do sistema político-econômico vigente e, nesse caso, a forte identidade latino-americana tornava-se uma das principais armas dessa luta.

Ainda nesse mesmo ano ocorreu o Congresso Mundial da JOC, realizado no Hotel Quitandinha, na cidade de Petrópolis (RJ). Nele compareceram 200 jovens representando 85 países. Esse evento serviu principalmente para reafirmar essa nova postura política, empenhada na transformação estrutural da sociedade. E mais uma vez demonstrou como o movimento começava a transcender os espaços nacionais para engajar-se na luta dos trabalhadores de todo o mundo.

Aí já podemos perceber o que chamamos aqui de “ecumenismo ideológico”. A partir desse momento inicia-se uma nova fase na história da JOC em que a atuação conjunta com militantes que possuem outras visões de mundo começam a ser mais aceitas e a ação conjunta é encarada como necessária. Nesse sentido, a aproximação com o movimento comunista fica mais nítida, já que o partido tinha grande influência nos meios trabalhistas. Prova disso foi o discurso de Cardijn, por ocasião deste evento, no qual afirma:

De nada valeria combater o comunismo apenas pelo seu lado negativo. O lado bom deve ser, por igual, enaltecido e aplaudido. O médico soviético que salva vidas só pode merecer elogios. O movimento jocista prega o respeito à dignidade da pessoa humana, valorizando o trabalhador, o conagraçamento de todas as raças para uma autêntica revolução pacífica nos moldes previstos na Mater et Magistra.⁹

⁸ Juventude Operária Católica. *História da JOC – 1960-1970*. Anexo I do relatório do CN, 1980.

⁹ Relatório do II Conselho Mundial da JOC, 1962. P. 14.

Dois anos depois, em 1963, ocorreu o II Seminário Latino-americano de Jovens Trabalhadores, também organizado pelo CECO e pela JOC Internacional. Nele pretendeu-se refletir a respeito da visão dos jovens trabalhadores em relação a sua cidade e sua visão política acerca do contexto histórico da época. Havia um interesse muito grande em entender como o jovem encarava sua realidade e como se colocava frente às questões trabalhistas. Entendiam que apenas a partir dessa compreensão é que se poderia efetuar a transformação da sociedade.

A análise desses episódios nos permite dimensionar o início da mudança de ação e pensamento pelo qual a JOC iria passar ao longo desta década. Notamos, a partir daí, uma secundarização dos ideais religiosos e um abandono das posturas moderadas para assumir um posicionamento mais comprometido com a causa operária e de maior contestação em relação ao Governo e ao projeto político que se queria para o Brasil e para a classe operária naquele momento.

Os eventos acima listados pretendem fornecer uma dimensão tanto do poder de organização e de responsabilidade que esses militantes haviam assumido quanto demonstrar sua importância para o desenvolvimento desse jovem, individual e coletivamente¹⁰.

Com base nessa trajetória, Francisco Muraro divide didaticamente o movimento em três fases¹¹: a primeira – compreendida entre 1948 e 1958 –, ele denomina como uma fase de recrutação e divulgação do movimento, onde os chamados líderes jocistas já apresentavam um alto grau de politização, mas o movimento como um todo ainda permanecia bastante apegado aos valores da Igreja hierárquica e era marcadamente anticomunista.¹² De acordo com as entrevistas realizadas com ex-militantes, esta é também uma fase em que seus membros descobrem uma outra identidade cristã e aprendem a valorizar-se enquanto trabalhadores. Destacaria, além disso, seu caráter pedagógico, baseado na educação popular, fundamental para esse período de expansão, mas muito presente em toda a história do movimento.

A segunda etapa – compreendida entre 1959 e 1964 –, possuía um caráter missionário, no qual o movimento extrapolou os limites da paróquia e invadiu o bairro e a fábrica. O movimento estava então bastante preocupado em *minimizar* os problemas objetivos dos jovens trabalhadores mas não chegava a

¹⁰ A maioria desses eventos aconteceram no Rio de Janeiro pois aí localizava-se a sede nacional da JOC durante todo o seu período de existência e a cidade também abrigava a sede nacional da Ação Católica.

¹¹ Por considerar essa divisão didaticamente mais oportuna, partirei dela para analisar as etapas de mudanças da JOC, tendo em mente, contudo, que essa separação se trata de uma simplificação e também de uma generalização e, portanto, contém as limitações que todo esquema oferece.

¹² Nessa fase, o movimento jocista caracteriza-se *fundamentalmente* por seu caráter evangelizador, mas não *somente* por ele.

caracterizar-se como um movimento reformista nem muito menos revolucionário. Pudemos perceber, ainda, que vivia também um período de gradativa politização, porém de maneira ainda tímida, se comparada ao pós-1964.

O Jornal *Juventude Trabalhadora*¹³ foi fundamental nesse período, na medida em que serviu ao objetivo de divulgação de suas ideias no meio operário, extrapolando o limite dos seus militantes e simpatizantes e atingindo ampla parcela do movimento operário. Com uma linguagem e reivindicações consonantes inclusive com diversos sindicatos, associações operárias e de moradores, a atuação conjunta era recorrente. Suas reivindicações encontravam-se bem próximas às desses grupos e algumas vezes inclusive às do Partido Comunista. Denunciavam os baixos salários, os problemas da distância de moradia em relação ao local de trabalho, a insuficiência das escolas técnicas, exigiam o repouso semanal remunerado, etc. Essas críticas e análises políticas eram frutos, em geral, dos resultados dos inquéritos-campanha e de sua participação nos meios sindicais.

O jornal, portanto, possuía uma linha editorial de denúncia dos problemas da classe trabalhadora, de divulgação de suas atividades culturais e ideológicas e de reafirmação dos valores cristãos. Em seu programa, editado no primeiro volume, essa linha fica evidente:

Nosso Programa

É defender a juventude trabalhadora, a parte mais desamparada e mais explorada de toda a classe trabalhadora.

É lutar pelos seus direitos, pela solução cristã de todos os seus problemas, pela liberdade, pela justiça social, pela verdadeira fraternidade.

Nosso programa é servir a todos os trabalhadores – aos católicos (como somos), mas também aos não católicos – de modo a darmos a todos os nossos companheiros um testemunho cristão.

(...)¹⁴

E sobre a JOC afirmam:

Nome simpático, insinuante, a JOC é a nova bandeira da mocidade operária que confia num futuro melhor, que trabalha e que procura merecê-lo. (...)

Unidos, cada vez mais os jocistas vão pouco a pouco retomando para Deus o leme de sua classe, a mais sacrificada de todas as classes pelas idéias que surgem no mundo.

O seu programa de ação é uma segurança para os ideais católicos, a menos, na forma como é posto em prática instrui sem fatigar. Dissipa dúvidas e desfaz esse tradicional conceito de que Deus, Igreja e espiritualidade é causa

¹³ Jornal *Juventude Trabalhadora* – ano I, nº 1, nov. 1947. Analisei apenas os três primeiros exemplares do jornal pois somente estes estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Não pude encontrar outros números já que a maioria encontra-se em São Paulo e Brasília.

¹⁴ Jornal *Juventude Trabalhadora* – ano I, nº 1, nov. 1947. Pg 01.

para satisfazer a sensibilidade feminina. (...) Jocista é sinônimo de Jovem Operário Cristão, amigo do trabalhador; que conhece seus direitos, porque cumpre seus deveres. (...) ¹⁵

Percebemos, dessa maneira, que seu discurso não estava apenas voltado para os membros do movimento, mas sim para todos os trabalhadores, atendendo assim aos seus objetivos de ampliação. No último trecho, é importante perceber que o discurso parte da JOCF, o que não quer dizer, como veremos mais adiante, que elas não se posicionavam quanto às questões operárias, mas apenas que elas tratavam *menos* dos que os rapazes, desses assuntos.

Verificamos também, que durante esta fase a relação de movimentos católicos com sindicatos e partidos políticos não era vista, pela JOC, como algo prejudicial e associado ao movimento comunista, contrariando assim a visão tradicional que afirmava o oposto. Havia uma ideia constante de que era necessária a atuação conjunta com outros setores da sociedade para que o mundo pudesse ser transformado. Angelina, uma ex-militante, retrata muito bem esse pensamento:

Quando você se engaja na luta pra transformar a sociedade, aí você não tem só cristão, tem também gente engajada em outras ideologias e tem que somar esforços né, porque não é uma questão pra se fazer dentro da Igreja, é na sociedade, a sociedade é leiga, aí entra todo mundo, cristão, não cristão. (...). Não é aquela coisa: só participa quem é cristão. Não. Você tá dentro de uma fábrica, de uma casa comercial, você tá convivendo com gente de várias religiões e de várias concepções políticas. Se surge um problema, todo mundo tem que se unir pra enfrentar aquela situação. Ninguém vai perguntar: se não for cristão, não participa. ¹⁶

Joaquim Acioly, reproduzindo um debate da época muito relacionado ao campo de disputa existente com os comunistas, ressalta também que havia um preconceito por parte dos próprios comunistas em relação a eles, que os julgavam reformistas. “Geralmente nós éramos mais combatidos pelos comunistas do que nós os combatêssemos” ¹⁷. Admite, assim, que possuíam projetos diferentes e por vezes estes entravam em conflito. A postura tendente para um *ecumenismo ideológico*, como já insinuamos, começa a ser delineada nesse momento, mas sempre de maneira bastante conturbada, configurando-se no calor das disputas nos meios trabalhistas.

Finalmente, a terceira fase proposta por Muraro marca a ruptura com o Estado e a desarticulação do movimento promovida pela falta de apoio da

¹⁵ Jornal Juventude Trabalhadora – ano I, nº 1, nov. 1947.

¹⁶ Entrevista concedida por Angelina Oliveira a autora.

¹⁷ Entrevista concedida por Joaquim Acioly a autora.

Igreja. Esta fase teria durado até 1970, momento em que o movimento perderia sua capilaridade social para outros movimentos católicos que então surgiam, como as Comunidades Eclesiais de Base ou as Pastorais Operárias. De acordo com o autor, somente nessa última etapa é que a JOC assume um caráter, poderíamos dizer, mais radical, na medida em que o ideal de que as transformações no meio operário seriam alcançadas através da luta dos trabalhadores organizados passou a ser predominante entre seus militantes.

Nessa fase, a JOC acabou afastando-se de sua base e voltando-se para uma formação mais politizada. Somente depois do golpe civil-militar, em 1964, é que o movimento começa a realizar uma reflexão mais profunda a respeito da realidade social e da condição da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Inicia-se então toda uma discussão voltada para temas como socialismo, capitalismo e a própria história do movimento operário. Havia uma preocupação em entender mais profundamente a realidade que os cercava e, por isso, começaram a promover diversos seminários, convidando inclusive membros da JUC e outras organizações católicas e laicas para participar de suas discussões. Começaram também a possuir uma maior preocupação com o contexto histórico que os envolvia e abandonaram ou negligenciaram aquela perspectiva de análise mais cotidiana. Wilson Farias comenta em relação à parceria com a JUC que:

era um pessoal que tinha realmente muitos dados e o que mais me impressionou é que alguns deles se utilizavam de textos evangélicos para justificar o enfrentamento com a ditadura militar e, enfim, o processo de contrarrevolução.¹⁸

Essa divisão, no entanto, não considera a atuação da JOC posterior a 1970. Como o livro de Muraro data de 1985 e a década de 1970 significou um momento de refluxo no movimento, onde enfrentou sérias dificuldades em continuar suas atividades e deixou de existir em diversas regiões, o autor encerrou sua pesquisa aí. Trataremos também neste capítulo da fase posterior a 1970 e principalmente o ressurgimento do movimento jocista em diversas regiões durante os anos 1980. Essa última fase que iremos inserir em nossa divisão irá se estender até 1985, período em que o Brasil abre-se novamente para o regime democrático. Estabelecemos, portanto, este limite para que a pesquisa não se estendesse por um período muito longo de tempo.

Sem dúvida, por se tratar de um esquema interpretativo, não podemos encarar essas divisões rigidamente, já que as ações humanas, em geral, não obedecem a uma linearidade. Portanto, é preciso também atentarmos para as

¹⁸ Entrevista concedida por Wilson Farias a autora.

descontinuidades, tensões e conflitos. Algumas delas poderão ser aqui identificadas.

Exemplo mais marcante disso é o Congresso de Recife que, apesar de se enquadrar nessa última fase citada acima – 1968 – foi um evento que demonstrou a heterogeneidade do movimento e maximizou suas diferenças, agravadas ainda mais a partir da década de 1970. Este Congresso, feito em conjunto com a Ação Católica Operária (ACO), caracteriza-se como um marco na história da JOC, uma vez que significou o início de uma crise no interior do movimento, resultando no seu esvaziamento e numa séria crise identitária¹⁹.

O resultado final foi um racha no interior da JOC, o que fez com que muitos militantes migrassem para outras organizações de esquerda, como a Ação Popular²⁰, por exemplo. O Congresso assinalou, em última instância, um rompimento teórico com o sistema capitalista e todos os seus mecanismos de sustentação. As conclusões aí tiradas foram mais radicais que qualquer grupo de Igreja havia feito até então.

A análise na perspectiva das classes forneceu à JOC um novo instrumento para compreender os problemas enfrentados pela classe operária brasileira. Esse instrumento, em combinação com a difícil realidade social e ainda fortalecido pelas mudanças na Igreja, ajudaria a produzir mudanças profundas na visão de mundo por parte da JOC. (1983: 61)

Irony, uma ex-militante, analisando posteriormente o Congresso de Recife, que marca a crise da JOC, diz:

Acho que a JOC, na grande angústia de buscar abrir uma visão, de ter uma perspectiva histórica, trabalhar de uma maneira mais científica a realidade, ela jogou fora muitos meios, métodos que a gente tinha, na época em que não se tinha essa análise e jogou fora a capacidade de sensibilizar os jovens trabalhadores para as coisas simples da vida, de partir das coisas simples. (...).

A JOC tinha uma capacidade impressionante de mobilizar os jovens trabalhadores para fazer o que ela quisesse, porque os militantes e dirigentes tinham a linguagem e a vivência da situação dos trabalhadores (1989: 86).

Heloísa Martins acredita, no entanto, que

o importante no trabalho desenvolvido pela JOC era o seu caráter de formação e de organização da base, que deixou frutos. A avaliação desse

¹⁹ Neste congresso, a equipe nacional convidou militantes da JUC para participarem também, demonstrando uma postura mais radical que parte do movimento jocista vinha assumindo. Ao fim do congresso, foram definidas conclusões de cunho bastante radical e marcadas por uma excessiva politização. Isso dividiu seus militantes: uma parte achava que deveriam aprofundar seu grau de politização e outros acreditavam que isso levaria a uma elitização, afastando-os de sua base.

²⁰ A Ação Popular foi fundada em 1962 e é marcada por uma forte influência do humanismo cristão. O movimento é formado a partir dos membros mais radicalizados das juventudes especializadas, principalmente da JUC, JOC e JEC. Após o golpe militar de 1964 sofreu um processo de esvaziamento e por volta de 1967 assumiu uma postura marxista-maoísta, marcando a radicalização do movimento.

trabalho (...) não pode ser feita pela quantidade de militantes, mas sim pela qualidade, ou seja, pelo aspecto de vanguarda tanto com relação à Igreja quanto aos movimentos operário e sindical (1994: 105).

Esse congresso implicou numa séria represália e grande repercussão nos meios católicos. Em conseqüência da repressão e da transformação de sua visão de mundo, a JOC, nos anos da ditadura, perdeu seu caráter propriamente de “juventude”. As atividades recreativas e a questão dos problemas de ordem pessoal que sempre haviam atraído muitos jovens para seu interior não faziam mais parte das atividades cotidianas do movimento. A partir de então, todas as pessoas envolvidas estavam profundamente engajadas com um novo projeto de transformação social para o Brasil. Por conta dessa grande politização, o movimento tornou-se um espaço para líderes dentro dos movimentos populares e perdeu, portanto, seu caráter de massa.

É possível aqui percebermos a grande diferença de visões dos seus ex-militantes relativa a esse período. A maior parte deles, mesmo aqueles que mais se engajaram, ressaltam hoje o valor evangélico e ligado às transformações de ordem cotidiana. Vale destacar que apesar de alguns de seus líderes terem se engajado em questões do movimento operário, em geral não se posicionavam a favor de uma ou outra corrente política, principalmente no tocante ao partidarismo. Segundo eles, o que importava era a *pessoa humana*, expressão tipicamente católica, e isso independia de suas convicções políticas. Esse pensamento servia então para que pudessem se aliar a setores mais conservadores da sociedade, bem como justificava, ao mesmo tempo, sua atuação conjunta com membros da esquerda brasileira. Sobre isso nos fala Josefa Galdeano:

A gente via a pessoa. A Igreja tem muito isso de bom. Você não vê assim o que a pessoa foi. É a pessoa, é um irmão, é um ser humano.²¹

No entanto, o que verificamos é que a associação com organizações de esquerda sempre foi mais freqüente no interior da JOC. Ainda que seu discurso permitisse a vinculação a membros de qualquer corrente político-partidária, na prática a afinidade com os ideais defendidos por diferentes grupos que compunham a esquerda brasileira era mais recorrente.

Em 1969, na cidade de Campinas (SP), a pedido dos bispos que queriam que a JOC definisse efetivamente suas ideias, assumindo uma posição mais moderada, foi formulado um texto, com base no Congresso de Recife, chamado de *Documento Amarelo*²². Este texto acabou por reafirmar o posicionamento da

²¹ Entrevista concedida a autora por Josefa Galdeano a autora. (grifos meus)

²² O documento foi assim chamado devido à cor do papel.

JOC frente ao novo contexto social, postura esta de caráter mais radical, o que fez com que diversos bispos lhe dessem um apoio *apenas* pessoal, mas não oficial.

Esse “desvio de rota” da JOC, desde 1964, fez com que a repressão sobre ela aumentasse cada vez mais, sendo efetuadas diversas prisões de seus mais importantes líderes. Muitos dos piores conflitos entre a Igreja e o Estado, na década de 1960, tiveram como causa primeira militantes jocistas, jucistas ou da ACO, como aponta Mainwaring (1983).

A repressão aumentava também porque, devido à radicalização do movimento, o envolvimento com a luta dos trabalhadores era maior, chegando a ter ampla participação nas greves de Contagem e Osasco, em 1968. Havia, por outro lado, principalmente nos primeiros anos de repressão, uma ingenuidade muito grande dos militantes jocistas que acreditavam que não seriam perseguidos simplesmente por serem cristãos. Um exemplo marcante disso está no fato de haverem incluído nomes e endereços dos participantes do Congresso de Recife no documento final do evento, o que facilitou, obviamente, a identificação de seus membros por parte da polícia política.

Ainda em 1968, três padres e um diácono foram presos e torturados pelo regime, fato este que causou forte reação da Igreja. O caso contribuiu para gerar uma maior consciência da violência que estava ocorrendo no regime e proporcionou maior coesão no interior da Igreja, num momento em que esta estava ainda bastante dividida com relação à sua posição perante o novo regime.

Sendo assim, percebemos que a repressão à JOC foi forte, apesar de ter sido o único movimento de juventude especializada a não ter deixado de existir, ainda que tenha sido em grande parte desorganizado nesse período. De 26 mil membros em 1961, a participação declinou para 654 em 1968 (MAINWARING, 1983).

Os militares, de acordo com os documentos consultados no arquivo do DOPS, definem o Congresso de Recife como ponto-chave para a adoção de uma nova linha de atuação do movimento. Segundo eles, a partir deste evento, a JOC teria experimentado uma orientação que a conduziu para uma ligação com o socialismo.²³

Em 1969, um assistente da JOC em Recife foi o primeiro sacerdote a ser assassinado pela ditadura militar, o que contribuiu ainda mais para deteriorar as relações entre Igreja e Estado. A JOC, após 1968, tornou-se um dos principais alvos da repressão, acusada de possuir ligações com grupos clandestinos da esquerda brasileira, conforme comprovam os documentos militares. O

²³ Departamento de ordem política e social, seção de buscas especiais. *Relatório JOC*. 15 de setembro de 1970. P. 8.

movimento passou a ser comumente identificado, entre a polícia política, como uma “ramificação” da Ação Popular, acusada inclusive de divulgar material da referida organização. Verifica-se, ainda, que a repressão inicia-se através da perseguição aos líderes dos movimentos de base da Igreja, mas, ao longo dos anos, e principalmente após a decretação do AI-5, alcança os altos escalões da instituição católica, como padres e bispos.

Isso significa uma séria crise no interior do movimento, pois a repressão encontra a JOC totalmente despreparada para lidar com tal situação. A falta de apoio da hierarquia católica, que não concordava com a radicalização de suas ideias e ações, somada à forte perseguição instalada principalmente após o governo Médici (1969-1974) fazem com que a JOC em grande medida se desarticule. Ainda em 1968, a JOC contava com apenas 2% do seu quadro efetivo em comparação com o ano de 1961. Viveu, assim, de um lado o problema da prisão de seus líderes, o que resultava, na maioria das vezes, na extinção da organização em determinada região, e de outro o problema da dificuldade de renovação ou atração de novos quadros para o interior do movimento. Com essa dupla dificuldade, podemos entender por que apenas esse percentual de seus militantes resistiram no movimento.

A JOC, no entanto, mesmo depois de sua crise iniciada no Congresso de 1968, inspirou a organização de movimentos como as pastorais – principalmente a Pastoral da Terra e a Pastoral Operária – e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ter na ACO um movimento que mantinha de uma certa forma a continuidade do ideal jocista e seu método de ação: o Ver-Julgar-Agir. Formou também lideranças que, mais tarde, foram para outros movimentos sociais, de caráter laico, como sindicatos, associações de bairro, partidos políticos e etc²⁴.

Esses e outros movimentos católicos, ao longo dos anos 1970, por receberem maior apoio da hierarquia e por não estarem sob o alvo direto da repressão, mesmo inseridos nos meios populares, acabam ganhando uma maior projeção e poder de intervenção junto à sociedade da época. Além disso, a rejeição por parte da JOC, a partir de então, em lidar com essa religiosidade popular e sua opção em investir na formação política do militante fizeram com que ela perdesse seu poder de atrair novos jovens para seu interior e assim foi diminuindo sua presença na sociedade e mesmo no interior da Igreja.

Conforme conclui Mainwaring (1983),

²⁴ É interessante notar que as militantes da JOCF, em sua maioria, engajaram-se em projetos de cunho educacional já que o caráter pedagógico da JOC, próximo inclusive às ideias de Paulo Freire, foi talvez a maior marca que o movimento deixou na sociedade.

essa visão religiosa, a insistência em permanecer na Igreja, a rejeição da luta política clandestina e a relativa passividade do trabalho da JOC criaram uma certa impunidade em relação a represálias da hierarquia, não obstante o fato das suas posições serem mais radicais do que aquelas anteriormente adotadas pela JUC.

De certa forma, isso explica o reinício de suas atividades em fins de década de 1970 e durante a de 1980, quando o regime começa a abrir-se para a atuação política de diversas organizações. A Igreja, como vimos, nunca reprimiu oficialmente a JOC, ainda que não a tenha apoiado.

A partir de fins dos anos 1970 tem início um processo de ressurgimento do movimento jocista. Gradativamente a JOC volta a existir em diferentes regiões e mostra-se engajada em diversas movimentações trabalhistas. Sendo assim, verificamos sua atuação e apoio às greves do ABC paulista e participação na própria constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda que o apoio se desse no campo do individual, pode-se notar uma afinidade mais geral dos militantes jocistas para com este partido. Além das participações nas greves do ABC paulista, verifica-se mobilizações em diversas outras cidades, com apoio inclusive de membros do clero local.

O ano de 1983, no entanto, pode ser apontado como aquele que marca a retomada das atividades da JOC de maneira mais efetiva. É claro que o movimento nunca voltou a ter o mesmo número de militantes que possuía na década de 1950 e 1960, mas já mostrava-se com força suficiente para realizar seu III Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, que havia sido adiado desde 1964. O evento é significativo para a história do movimento na medida em que caracteriza-se como o primeiro evento realizado em âmbito nacional após quase 20 anos de repressão e desarticulação.

Este congresso havia sido marcado para julho de 1964 mas por conta da repressão política teve sua preparação interrompida e inviabilizada. No Conselho Mundial da JOC, realizado em janeiro de 1982 ele é finalmente convocado novamente após quase três anos de preparação prévia.

A preparação para o evento se deu em três etapas. A primeira consistiu em uma pesquisa realizada com cerca de 7 mil jovens trabalhadores. A partir dela foram definidos os temas de discussão propostos para o congresso. Logo após, realizou-se aproximadamente 120 pequenos congressos nos bairros de 38 cidades em 11 estados brasileiros. Dessa fase de preparação participaram por volta de 5 mil jovens que elegeram 622 representantes para o Congresso Nacional. Finalmente, nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 1983, realizou-se o

III Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, na PUC-SP. O tema do evento era “Conquistando Trabalho e Justiça” e se dividia em diversos sub-temas²⁵.

Analisando o congresso e toda a movimentação anterior feita pela JOC, podemos constatar a opção por um caminho que resolveu investir na politização do movimento e entende as ações no campo político como fundamentais para a transformação social. A diretriz traçada nos anos 1960 parece ter sido resgatada e o engajamento retomado.

No entanto, em fins da década de 1980 o movimento jocista, assim como a maior parte do movimento dos trabalhadores, é afetado pela implementação da política neoliberal, mas analisar esse processo já não se encaixa dentro dos limites desse artigo. Novamente a JOC é afetada pela conjuntura histórica brasileira, que tende a desorganizar a ação dos trabalhadores, culminando em grande desmobilização.

Os múltiplos e invisíveis espaços de atuação jocista

A JOC, ao longo do tempo, construiu diversos espaços de socialização tanto com seus membros, quanto com outros jovens trabalhadores. Devido a seu caráter autônomo, esses espaços possuíam uma grande flexibilidade e, em alguns momentos, até uma certa inconstância, já que o movimento não precisava necessariamente de um espaço físico fixo para se reunir, dialogar, organizar atividades, etc. Ao mesmo tempo, cada um desses espaços transformavam-se em *lugares de memórias* (1993) e experiências, coletivas e individuais. Apesar do movimento ter sido em alguns momentos mais paroquial, ele não ficava restrito a esses espaços. Era igualmente comum a reunião nas casas de militantes, em restaurantes durante o horário de almoço, em praças após o expediente de trabalho, enfim, uma série de lugares serviam para driblar ora a falta de apoio do padre da paróquia local, ora os contratempos impostos pela rotina de trabalho.

Os locais de socialização e identificação, em certas situações, obedeciam divisões hierárquicas, como por exemplo os cursos para formação de lideranças, e outras vezes abrangiam a base do movimento. Os cursos de formação de lideranças eram destinados àqueles que iam desenvolvendo-se e ganhando maior notabilidade dentro do movimento. Eles tinham como objetivo principal ensinar os jovens líderes jocistas, primeiramente, a arte da oratória.

²⁵ Diversas questões foram tratadas como as situações no trabalho, emprego/desemprego, salário mínimo; estrutura sindical, condições de vida, capacitação profissional, meios de comunicação de massa, concentração urbana, sistema eleitoral, violência policial, cultura, meio ambiente, entre outros.

Posteriormente, aprendiam a aproximar-se dos outros jovens trabalhadores, divulgar o movimento e organizá-lo.

É claro que esses espaços de socialização tinham significados diferentes para cada um dos tipos de militantes e cada um dos locais pressupunha uma atitude apropriada. Por exemplo, durante as reuniões das sessões jocistas, que aconteciam em geral semanalmente, os espaços eram revestidos de uma série de descobertas, desenvolvimento da confiança nos colegas ao expor seus problemas pessoais e também de conscientização gradativa. Eram também locais onde desenvolvia-se a responsabilidade e descobria-se potencialidades.

Os espaços compartilhados nos encontros, sejam regionais ou nacionais, significavam a culminância do esforço de um ano de organização e preparação. Ao mesmo tempo, tratavam-se de locais onde tomavam-se decisões para o próximo ano e onde nele militantes em diferentes níveis se encontravam, trocavam experiências e tinham contato com membros renomados da hierarquia. Por vezes, nesses espaços o lúdico e o trabalho se confundiam.

Existiam também os espaços para reafirmação dos laços de amizade que consistiam nos locais de passeios, piqueniques, jogos de futebol, etc. Quanto mais responsabilidades o militante assumia no interior do movimento, mais espaços eram compartilhados e mais reafirmada era a identidade do jocista. O militante que chegava a ocupar um cargo na equipe nacional vivia predominantemente em espaços jocistas, na medida em que abandonava inclusive seu trabalho para se dedicar integralmente ao movimento. Como nos informa Elias, estes jovens militantes possuíam portanto um nível alto de solidariedade, fundamental para a configuração de uma identidade sólida dentro do grupo.

Como forma de mobilização, a JOC utilizava-se dos seguintes recursos: contatos pessoais na base da amizade, testemunhos de vida através dos inquiridos, boletins, Círculos de Estudos e atividades nas reuniões. E, como forma de organização, o movimento dividia-se em:

Seção local: Esse espaço era a base do jocismo. Aí é que ocorria a formação do jovem, ou seja, a partir da seção local é que ele adquiria sua consciência de classe e passava a valorizar-se enquanto ser humano.

Federações: Era o conjunto de seções de uma diocese. Esse espaço era administrado geralmente por três dirigentes locais (presidente, secretário e tesoureiro) e um assistente religioso. Podia haver mais membros na equipe, dependendo da necessidade – por exemplo: propagandista, responsável pela edição de livros, jornais, etc. Esta equipe, em um primeiro momento, ficava encarregada de fazer a comunicação entre os grupos locais e o Comitê Nacional

até a criação das Confederações. As federações eram divididas de acordo com as regiões brasileiras.

Confederação: Era a reunião das federações regionais. Colaborava para a comunicação entre as federações e o Comitê Nacional.

Comitê Nacional: Esse órgão é responsável por traçar o rumo do movimento e elaborar o Programa Nacional, que deveria ser montado a partir das decisões tiradas nas reuniões dos Conselhos Nacionais. Esse Programa era distribuído para todos os dirigentes das confederações, que ficavam encarregados de repassar as informações para os dirigentes das seções locais, e nele continha o tema de luta do ano – podia ser saúde operária, segurança no trabalho, etc – que deveria ser incorporado nas atividades de cada jocista, inclusive no inquérito-campanha. Era formado por um dirigente da JOC, uma dirigente da JOC Feminina (JOCF) e um assistente religioso de cada região.

A partir daí, podemos perceber uma forma de organização mais horizontalizada, isto é, em que existia uma grande preocupação com que o movimento fosse construído e desenvolvido de baixo para cima, do micro para o macro, da base para as lideranças, uma vez que sua dinâmica encontrava-se nas seções locais.

O que não podemos perder de vista é a tendência a uma certa centralização das atividades na figura do padre ou do dirigente jocista. Por mais que o movimento se dissesse autônomo e horizontal, é possível perceber momentos onde as bases, ou seja, os simpatizantes ou militantes comuns pouco poder deliberativo possuíam. Na prática, o que acontecia é que nas seções bastante paroquiais o padre exercia um forte poder decisório, em parte pela autoridade em si já adquirida, em parte por possuir um acúmulo teórico e capacidade persuasiva muito maior que os jovens militantes que então se aproximavam do movimento. Essa atitude foi muito mais comum até os anos 1950.

Além disso, os militantes permanentes, principalmente aqueles que exerciam cargos de liderança, apesar de debaterem os temas conjuntamente nas seções locais ou regionais também orientavam bastante o movimento, principalmente após meados dos anos 1950. Isso acontecia por diversos motivos: seja porque os militantes de base se sentiam ainda inseguros, seja porque confiavam em seus representantes, seja simplesmente porque não estavam tão interessados em muitas das questões debatidas²⁶. O fato é que devemos relativizar essa horizontalidade. Se a estrutura do movimento foi

²⁶ Isso, no entanto, se trata mais de uma percepção no momento das entrevistas do que um dado concreto registrado em documentação ou nas entrevistas realizadas.

criada privilegiando a participação das bases, com sua ampliação, a manutenção desse esquema tornou-se cada vez mais difícil.

Como outros momentos de mobilização, existiam também os Círculos de Estudos Jocistas – que consistiam em grupos de leitura e análise de textos, principalmente do Evangelho –, os serviços jocistas – atividade de apoio à comunidade – e os Inquéritos²⁷.

Como último elemento de estruturação do movimento, temos seus membros divididos em quatro categorias: simpatizantes – gostavam da JOC, mas não tinham maiores compromissos; militantes ou jocistas – vendiam os jornais ou revistas, criavam grupos de simpatizantes, pagavam a cotização etc; assistentes eclesiais – davam a orientação religiosa para os membros jocistas; os permanentes propagandistas – exerciam posições de liderança e eram “liberados”, isto é, recebiam em média um salário mínimo para dedicarem-se integralmente ao movimento, percorrendo todo o Brasil na divulgação e promoção da unidade entre as regiões; e, por fim, os dirigentes.

A escolha do propagandista e posteriormente do dirigente era feita através de sua “*experiência de base, sua sensibilidade aos problemas operários, do aperfeiçoamento espiritual, sua capacidade de trabalhar bem em equipe, sua amizade fraterna e seu senso de adaptação à realidade*”²⁸. Todas as lideranças eram eleitas periodicamente pela base do movimento com o intuito de evitar o vício pelo poder. No entanto, muitos dos entrevistados que ocuparam posições de liderança comumente migravam de um cargo para outro, de acordo com uma evolução no interior do movimento. Era comum que comessem como dirigentes locais (seções jocistas), depois tornavam-se dirigentes de sua cidade, posteriormente ocupavam a Federação (em nível estadual) e por último compunham a equipe nacional. Alguns, ainda, podiam tornar-se dirigentes internacionais. Sendo assim, um militante que havia assumido um cargo de liderança, na maioria das vezes, continuaria como dirigente por longo tempo, já que existia toda uma estrutura propiciadora.

Havia, ainda, as atividades freqüentes que consistiam em encontros semanais, assembléias gerais, serviços (leitura ou biblioteca, lazer ou recreação, doentes, orientação profissional, orientação sindical e o jornal), campanhas (sobre a saúde, habitação, proteção do menor que trabalha, etc), grupos de ação

²⁷ O inquérito trata-se de um tema, escolhido em geral nos encontros nacionais, para ser trabalhado ao longo daquele ano em cada uma das regiões, de forma autônoma. A idéia consiste em constatar a realidade do jovem trabalhador brasileiro a partir dos dados coletados para que possa ser mais profundamente discutido no próximo encontro nacional. Cada região define uma série de perguntas que serão feitas aos jovens trabalhadores, jocistas ou não. Podem ser incluídos também nesses inquéritos casos pessoais ocorridos com os entrevistados em seus locais de trabalho e a ele podem ser somados dados estatísticos ou científicos também.

²⁸ Juventude Operária Católica. *História da JOC – 1960-1970*. Anexo I do relatório do CN, 1980. P. 111.

(Ação no Bairro e Ação no Trabalho), dias de recolhimento, encontros nacionais e regionais.

Os encontros semanais, chamados de Círculos de Estudos Jocistas, eram o “motor” do movimento, mas os encontros regionais e nacionais, poderíamos dizer, caracterizavam-se como os espaços onde as relações sociais, de amizade, solidariedade, diálogo e aprendizagem mais se ampliavam, reafirmando os laços de união e o dinamismo do movimento.

Eram os encontros semanais, no entanto, que agregavam, cotidianamente, todos os planos da vida do jovem: cultural, intelectual, ideológico e até econômico e político e que significava, em outra medida, uma alternativa de lazer que era oferecida ao jovem trabalhador, num ambiente em que este não tinha muito acesso a formas de recreação, de maneira geral.

Vale ressaltar, diante do discutido até aqui, a importância da criação desses e de outros espaços de socialização apropriados ou criados pela JOC, espaços estes que são a um tempo *conseqüências* das experiências individuais e coletivas e *determinantes* dessas mesmas ações. A cada espaço social atribui-se uma infinidade de sentidos que servem para manter uma coesão grupal. Portanto, o espaço social da fábrica – ou do local de trabalho, de maneira geral –, da paróquia, da sede da JOC e da Ação Católica e os espaços invisíveis e tão mutáveis em que os membros da JOC faziam suas reuniões, seus encontros, seus passeios, suas festas, todos eles, constituem fatores que contribuem para a unidade entre os indivíduos, através de uma identificação e da construção de uma memória – vivida ou herdada. A própria organização do espaço no interior da JOC diz muito sobre as relações internas entre os membros jocistas, relações de gênero e idade e até mesmo concepções de ordem política.

Nesse sentido, o próprio grupo cria seu espaço, de maneira peculiar. É evidente que esses laços identitários acabam por tornar-se mais sólidos entre aqueles jocistas que ocupavam algum cargo de liderança, principalmente entre os dirigentes permanentes, pois tinham um maior grau de convivência e diálogo.

Como forma de reforçar ainda mais esses laços é que existia uma cerimônia mensal de entrada na JOC, quando os simpatizantes já eram considerados aptos para fazerem parte do movimento. A cerimônia contava com uma missa, a aquisição de um broche jocista, a leitura de um compromisso e o militante passava a contribuir com a cotização. Fica claro, mais uma vez, através desse ritual de entrada, a força da identidade entre os membros da JOC.

Possuir cada um desses símbolos era um grande motivo de orgulho para os jocistas, na medida em que, mais do que ser aceito naquele grupo, significava um reconhecimento do esforço pessoal e uma valorização daquele jovem por

seus companheiros. A cada etapa de desenvolvimento do indivíduo no interior do movimento, ou seja, ser promovido a dirigente local, dirigente regional, dirigente nacional, etc, fazia com que o jovem tivesse sua auto-estima aumentada. Isso era fundamental em se tratando de pessoas que, na maioria das vezes, não tinham nenhuma crença em si mesmas e muito menos perspectivas e sonhos para o futuro.

Todas estas atividades, reuniões, campanhas, sua preparação com responsabilidades e tarefas divididas, sua realização e avaliação, se constituíam em oportunidades de crescimento pessoal; os jovens ou as jovens se descobriam capazes, desenvolviam seus talentos até então ignorados ou menosprezados. (2002: 38)

Referências Bibliográficas

- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AZEVEDO, Dermi. “A Igreja Católica e seu Papel Político no Brasil”. In: *Estudos Avançados* (Dossiê Religiões no Brasil), vol. 18, nº 52. São Paulo, dec. 2004.
- BEOZZO, José Oscar (org.). *História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1985.
- _____. *A Igreja Latino-americana às Vésperas do Concílio: História do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. “O espaço dos pontos de vista”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Ibrades, 1974. (Temas Brasileiros, 3).
- CNBB. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados Presentes. In: *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

- LANGLOIS, José Miguel Ibañez. *Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Rei dos Livros, 1989.
- _____. *Igreja e Política*. São Paulo: Quadrante, 1987.
- LOWY, Michel. “O Catolicismo Latino-americano Radicalizado”. In: *Estudos Avançados*, v. 3, nº 5. São Paulo, jan/abr. 1989
- _____. *A Guerra de Deuses – Religião e Política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil-1916-1985*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MARTINS, Heloísa H. T. de S. *Igreja e Movimento Operário no ABC - 1954-1975*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, nº 10. São Paulo: PUC-SP, 1993.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”*. In: *Experimentos com Histórias de Vida*. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1998.
- RODEGHERO, Carla Simone. “Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos Anos da Guerra Fria”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, nº 44, dez 2002.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja Contra Estado – Uma Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SEMERARO, Giovanni. *A Primavera dos anos 60 – A Geração Betinho*. São Paulo: Loyola, 1994.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Classes Populares e a Igreja nos Caminhos da História*. Petrópolis: Vozes, 1982.